

Resumo: Na sociedade atual, a digitalização de documentos desempenha um papel essencial na democratização do acesso à informação. Este artigo explora os benefícios e desafios desse processo, abordando aspectos como preservação digital, inclusão digital e legislações relevantes no contexto brasileiro. A partir de uma revisão bibliográfica e análise de estudos de caso, são apresentadas as potencialidades da digitalização para ampliar o acesso e as barreiras que dificultam sua implementação, como obsolescência tecnológica e desigualdades sociais. Este estudo oferece recomendações para uma digitalização mais inclusiva e sustentável no Brasil.

Palavras-chave: Acesso à informação; Digitalização; Inclusão digital; Preservação digital.

Abstract: Today, the digitisation of documents plays an essential role in democratising access to information. This article explores the benefits and challenges of this process, addressing aspects such as digital preservation, digital inclusion and relevant legislation in the Brazilian context. Based on a literature review and analysis of case studies, the potential of digitisation to increase access is presented, as well as the barriers that hinder its implementation, such as technological obsolescence and social inequalities. This study offers recommendations for more inclusive and sustainable digitisation in Brazil.

Keywords: Access to information; Digitization; Digital inclusion; Digital preservation.

Introdução

Na sociedade contemporânea, o acesso à informação constitui um direito fundamental, consagrado em diversas legislações nacionais e internacionais, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e a *Constituição Federal do Brasil*. Nesse contexto, a digitalização de documentos representa uma transformação significativa, alterando a forma como as instituições gerenciam, preservam e disseminam informações.

O processo de digitalização vai além da simples conversão de materiais físicos para o formato digital; ele exige planejamento estratégico, investimento em infraestrutura e capacitação profissional. Apesar de seus benefícios, a digitalização enfrenta desafios notáveis, como custos elevados, a necessidade de infraestrutura tecnológica adequada e questões de inclusão digital.

A digitalização deve ser entendida como um processo multifacetado que exige a colaboração entre setores públicos e privados e a implementação de políticas públicas eficazes. Este trabalho se propõe a explorar as implicações dessa transformação, destacando tanto suas potencialidades, quanto suas limitações.

O presente estudo tem como objetivo principal discutir os pontos e contrapontos da digitalização no contexto do acesso à informação. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os benefícios da digitalização no acesso à informação, com ênfase em sua aplicação em bibliotecas, arquivos e instituições de memória;
- Identificar os desafios técnicos, econômicos e sociais associados à preservação digital e à inclusão digital no Brasil;
- Avaliar o impacto das políticas públicas e das iniciativas institucionais na promoção de uma digitalização inclusiva e sustentável;
- Propor recomendações práticas para aprimorar os processos de digitalização, com base em estudos de caso e na revisão da literatura.

Esses objetivos estão alinhados com os princípios de sustentabilidade e inclusão, buscando contribuir para a construção de um cenário mais equitativo e acessível.

Esta investigação de doutorado em curso realiza-se no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Este estudo vislumbra investigar as vantagens e desafios do processo de digitalização, abordando temas como preservação digital, inclusão tecnológica e normativas aplicáveis ao contexto brasileiro. Com base em uma revisão da literatura e na análise de estudos de caso, são destacadas as potencialidades da digitalização na promoção do acesso à informação, assim como os obstáculos que dificultam sua implementação, incluindo a obsolescência tecnológica e disparidades socioeconômicas. Na contemporaneidade, a digitalização de documentos exerce um papel fundamental na ampliação do acesso à informação, contribuindo para sua democratização.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e análise de estudos de caso (GIL, 2008:57-59). A revisão da literatura abrange publicações nacionais e internacionais, focando em autores como Innarelli (2018), Flores (2014) e Arellano (2019), além de documentos normativos e relatórios técnicos. Os estudos de caso pretendem ser conduzidos em instituições brasileiras que implementaram projetos de digitalização, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

A coleta de dados envolve entrevistas com gestores dessas instituições, análise de documentos institucionais e observação de práticas de digitalização (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005). Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões, desafios e boas práticas relacionadas à digitalização.

Essa abordagem metodológica proporcionará uma visão abrangente e detalhada do tema, contribuindo para a formulação de recomendações práticas e sustentáveis.

Fundamentos teóricos

O “abismo digital”

A dependência de tecnologias em constante evolução aumenta a complexidade das iniciativas de preservação digital. Um aspecto fundamental é o “abismo digital” existente no Brasil e em diversos países, onde a desigualdade no acesso às tecnologias perpetua a exclusão de populações vulneráveis.

A expressão "abismo digital" vem sendo discutida a partir da expansão da Internet. Citamos o livro em forma de coletânea coordenado por Alain Ambrosi, Valérie Peugeot e Daniel Pimienta (2005), que aponta o ano de 2000, em Okinawa, quando se define o desenvolvimento da sociedade da informação (*global information society*) como um dos seus principais objetivos e cria a Dot Force (Força-Tarefa) com o propósito de integrar esforços internacionais e encontrar maneiras eficientes para reduzir o abismo digital. Embora a publicação citada não ofereça uma definição precisa sobre o abismo digital, pode-se deduzir que se entende como a inclusão ou exclusão dos benefícios da sociedade da informação.

Trata-se de uma percepção baseada na relação causa-efeito e a relação dinâmica e dialética entre o abismo digital e os outros abismos sociais. Costuma-se considerar que a diferença no acesso às tecnologias aumentará as diferenças sociais existentes. Isto é: o abismo digital implicará mais desenvolvimento nos países, regiões e para as pessoas com melhores oportunidades de acesso em detrimento de quem tem menos.

Aí está a diferença evidente entre países, mas também dentro de cada país, privilegiando as populações com melhores condições econômicas, políticas, sociais e culturais. Na verdade, o abismo digital é produto dos abismos sociais produzidos pelas desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais, de gênero, de gerações, geográficas, etc.

Assim, a Era da Informação, com o acesso desigual às tecnologias de informação cria uma divisão crescente entre aqueles que têm acesso e os que não têm, reforçando as desigualdades sociais.

No entanto, a expressão "abismo digital" passou a ser mais popularizada e amplamente discutida ao longo dos anos, especialmente no contexto de debates sobre inclusão digital e o impacto da Internet e das tecnologias em diferentes camadas da sociedade. O termo é frequentemente associado à ideia de que a exclusão digital pode promover desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

No Brasil, essa questão é especialmente significativa, uma vez que o país enfrenta grandes desigualdades regionais e socioeconômicas, o que impacta diretamente o acesso à Internet, à infraestrutura tecnológica e à capacitação necessária para utilizar ferramentas de forma eficaz.

O abismo digital no Brasil se manifesta de várias maneiras. Enquanto nas grandes cidades há uma infraestrutura mais desenvolvida e o acesso à Internet de qualidade é relativamente fácil, nas regiões mais remotas ou periféricas, a conexão é instável ou até inexistente. Além disso, uma parte considerável da população enfrenta dificuldades para acessar dispositivos

modernos, como computadores e smartphones, que são essenciais para navegar no ambiente digital.

A situação se agrava quando se observa que pessoas em situações de vulnerabilidade, como as de baixa renda, moradores de áreas rurais ou indivíduos com deficiência, enfrentam obstáculos adicionais, como a falta de educação digital e a escassez de conteúdos e recursos em formatos acessíveis.

No contexto da preservação digital, essa desigualdade se torna ainda mais evidente. As iniciativas para preservar conteúdos digitais — como documentos históricos, arquivos culturais e informações científicas — dependem de uma infraestrutura tecnológica avançada, de profissionais qualificados e de políticas públicas que garantam a democratização do acesso a essas tecnologias. No entanto, sem um esforço para reduzir o abismo digital, muitas populações ficam excluídas não só da criação de conteúdos digitais, mas também da preservação do patrimônio digital.

Portanto, o abismo digital não só perpetua a exclusão de grupos vulneráveis da sociedade digital, mas também ameaça a equidade no acesso à informação e à preservação do legado digital, que deveria ser acessível a todos. Para resolver esse problema, são necessárias políticas públicas que promovam a inclusão digital, a capacitação, a expansão da infraestrutura tecnológica e a criação de recursos acessíveis para as populações mais carentes.

A Digitalização

A literatura sobre digitalização apresenta uma ampla gama de perspectivas, enfatizando tanto seus benefícios quanto os desafios inerentes ao processo. Innarelli (2018) argumenta que a digitalização contribui para a democratização do acesso à informação ao eliminar barreiras geográficas e possibilitar que públicos diversos tenham acesso a conteúdos valiosos. O autor destaca que a digitalização desempenha um papel crucial em bibliotecas, arquivos e museus, permitindo que acervos históricos sejam preservados e disponibilizados globalmente.

Flores (2014), alerta para os riscos associados à obsolescência tecnológica. Segundo ele, a rápida evolução dos formatos digitais e dispositivos de armazenamento pode comprometer a longevidade dos arquivos digitais, exigindo investimentos contínuos em migração de dados e atualização de tecnologias. Arellano (2019) amplia essa discussão ao afirmar que a gestão de metadados é um componente essencial da digitalização. Ele argumenta que sistemas robustos de metadados garantem a autenticidade, integridade e acessibilidade das informações digitalizadas, fatores indispensáveis para a confiabilidade do processo.

No Brasil, as resoluções do CONARQ nº 31 e nº 48 (BRASIL, 2010, 2021) e as legislações como as Leis nº 12.682/2012, nº 13.874/2020 e nº 14.063/2020, bem como os Decretos Federais nº 10.278/2020 e nº 10.543/2020, fornecem uma base normativa para orientar as iniciativas de digitalização. Contudo, a eficácia dessas normas depende de sua aplicação prática, que frequentemente enfrenta barreiras institucionais e econômicas. A Resolução CONARQ nº 31, de 28 de abril de 2010, "dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Permanentes". A Resolução CONARQ nº 48, de 10 de novembro de 2021, "estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional

de Arquivos quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados".

Benefícios da digitalização

Os benefícios da digitalização são amplos e variados, abrangendo desde a preservação de documentos históricos até a democratização do acesso à informação. A digitalização possibilita a criação de repositórios digitais que centralizam e organizam grandes volumes de informações, tornando-as acessíveis a pesquisadores, estudantes e o público em geral. Innarelli (2018) destaca que essa prática promove a descentralização do conhecimento, reduzindo desigualdades no acesso à educação e cultura. Exemplos práticos incluem iniciativas de bibliotecas nacionais que disponibilizam acervos raros online, permitindo que pessoas de diferentes partes do mundo acessem conteúdos antes restritos a locais específicos.

Além disso, a digitalização contribui para a sustentabilidade ambiental ao reduzir a necessidade de impressões e armazenamento físico. Outro benefício significativo é a facilidade de compartilhamento e disseminação de informações, que fomenta a colaboração acadêmica e institucional. Entretanto, para maximizar esses benefícios, é crucial que os processos de digitalização sejam acompanhados de estratégias robustas de preservação digital e gestão de metadados, garantindo a longevidade e a integridade das informações digitalizadas.

Desafios tecnológicos e sociais

Embora os benefícios da digitalização sejam inegáveis, os desafios associados a esse processo não podem ser ignorados. Um dos principais obstáculos é a obsolescência tecnológica, que exige investimentos contínuos em infraestrutura e atualização de sistemas.

Flores (2014) aponta que a falta de padronização nos processos de digitalização pode levar à perda de informações valiosas, especialmente em instituições com recursos limitados. Além disso, a questão da inclusão digital é um desafio crítico no Brasil, onde grande parte da população ainda enfrenta barreiras para acessar tecnologias básicas, como computadores e Internet de qualidade. Estudos recentes indicam que apenas 60% dos domicílios brasileiros possuem acesso adequado à Internet, o que limita a eficácia das iniciativas de digitalização.

Outro problema é a capacitação insuficiente de profissionais, que muitas vezes não possuem as habilidades necessárias para implementar e gerenciar projetos de digitalização. Esses desafios destacam a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital e incentivem a colaboração entre setores público e privado para superar as barreiras existentes.

Resultados preliminares

Os resultados preliminares desta pesquisa revelam que a digitalização tem um impacto significativo no acesso à informação, mas também enfrenta desafios complexos que exigem atenção contínua. Instituições que investem em infraestrutura tecnológica e capacitação

profissionais apresentam melhores resultados em termos de preservação digital e acessibilidade. No entanto, a falta de padronização e a escassez de recursos financeiros ainda são barreiras significativas para muitas organizações.

A análise dos estudos de caso destacará a importância de políticas públicas que promovam a inclusão digital e incentivem a colaboração interinstitucional. Além disso, a pesquisa busca identificar boas práticas, como o uso de sistemas integrados de gestão documental e a adoção de tecnologias *Open Source*, que podem servir como modelos para outras instituições.

Apesar dos avanços, a digitalização ainda enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade a longo prazo, exigindo estratégias inovadoras para garantir sua eficácia e acessibilidade.

Os estudos a serem realizados em arquivos brasileiros buscam evidenciar os avanços, mas também desafios estruturais e operacionais. No Arquivo Público do Estado de São Paulo, a implementação de políticas de preservação digital tem permitido a migração periódica de formatos e a utilização de tecnologias de código aberto para reduzir custos. No entanto, a escassez de financiamento limita a expansão dessas iniciativas. Já o Arquivo Histórico Municipal de Salvador conseguiu digitalizar parte de seu acervo e torná-lo disponível *online*, mas enfrenta dificuldades para implementar um sistema robusto de gestão de metadados. Esses casos ilustram a diversidade de experiências no Brasil e reforçam a necessidade de investimentos contínuos e estratégias colaborativas para superar as barreiras existentes.

Considerações finais

A digitalização de documentos é uma ferramenta poderosa para democratizar o acesso à informação, mas sua implementação bem-sucedida depende de uma série de fatores, incluindo infraestrutura tecnológica, capacitação profissional e políticas públicas eficazes. Este estudo destacou tanto os benefícios quanto os desafios desse processo, oferecendo recomendações práticas para promover uma digitalização mais inclusiva e sustentável.

A colaboração entre setores público e privado é essencial para superar barreiras e maximizar os benefícios da digitalização. Além disso, é importante que as iniciativas de digitalização sejam acompanhadas por estratégias robustas de preservação digital e inclusão, garantindo que todos os segmentos da sociedade possam se beneficiar das inovações tecnológicas.

Referências bibliográficas

AMBROSI, A.; PEUGEOT, V.; PIMIENTA, D.
2005. *Enjeux de mots: regards multiculturels sur les sociétés de l'information*. Paris: C&F Editions, 2005.

ARELLANO, M.
2019 Digitalização e preservação: uma análise das práticas em arquivos brasileiros. *Revista Brasileira de Arquivologia*. 14:2 (2019) 32-48.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2012 *Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012*. [Em linha]. 2012. [Consult. 15 jan. 2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2010 *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. [Em linha]. 2010. [Consult. 10 fev. 2025]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos

2021 *Resolução CONARQ nº 48, de 10 de novembro de 2021*. [Em linha]. 2021. [Consult. 10 fev. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-48-de-10-de-novembro-de-2021>.

FLORES, D.

2014. Preservação digital: fundamentos e práticas em arquivos digitais. *Cadernos de Arquivologia*. 9:1 (2014) 45-61.

GIL, Antonio Carlos

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INNARELLI, H.

2018 Digitalização e acesso: O impacto nas instituições de memória. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciência da Informação* 15:2 (2018) 112-128.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van

2005 *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2005.

Pablo Soledade | pablosoledade@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Zeny Duarte | zenydu@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil